

DIREITO PENAL

Estratégia OAB

II SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO PENAL

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Em 18 de setembro de 2025, por volta das 22h30, Lucas Ferreira, então com 20 anos de idade, dirigiu-se a uma loja de aparelhos eletrônicos localizada no centro da comarca de Flores, Estado do Campo Belo, com a intenção de subtrair dinheiro e objetos de valor. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público, Lucas ingressou no estabelecimento portando um revólver de brinquedo, cuja aparência externa, segundo as testemunhas, era semelhante à de uma arma de fogo verdadeira. Após anunciar o assalto, exigiu que o proprietário da loja, Roberto Almeida, entregasse o dinheiro existente no caixa. Roberto, que tinha 57 anos de idade, teria reagido à ação e entrado em luta corporal com Lucas. Durante a luta, Lucas teria desferido um golpe contra a vítima, querendo matá-la. Em seguida, subtraiu aproximadamente R$ 8.000,00 do caixa e deixou o estabelecimento. Roberto foi encontrado desacordado por uma equipe do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência foi acionada pelos funcionários da loja, momento em que foi constatada a morte da vítima. A Polícia Militar isolou o local e o corpo de Roberto foi encaminhado ao Instituto Médico-Legal. Por uma falha administrativa, não foi realizado exame de corpo de delito direto ou indireto, mesmo a investigação tendo em mãos fotografias do corpo da vítima, boletim de ocorrência, relatório policial e depoimentos de duas testemunhas que afirmaram ter visto Roberto caído e sem sinais aparentes de vida. O Ministério Público juntou declaração do médico do SAMU que compareceu ao local afirmando ter constatado a morte da vítima. Em seu interrogatório na fase policial, Lucas negou a prática do crime. O Ministério Público ofereceu denúncia perante a Vara Criminal da Comarca de Flores, imputando a Lucas a prática do crime previsto no art. 157, § 3º, II, do Código Penal. A denúncia foi recebida e, após a citação, foi designada audiência de instrução e julgamento. No dia 10 de setembro de 2026, foi realizada a audiência. Antes de qualquer outra prova, o magistrado determinou que Lucas fosse interrogado. A defesa requereu que fossem ouvidas primeiro as testemunhas e, somente ao final da instrução, realizado o interrogatório do acusado, mas o juiz indeferiu o pedido, afirmando que o interrogatório deveria ocorrer no início para "facilitar a condução dos trabalhos". Lucas foi interrogado e, em juízo, confessou a prática do delito, afirmando que entrou na loja para roubar os bens e que desferiu o golpe para matar a vítima e conseguir o patrimônio da loja. Depois do interrogatório, foram ouvidas as testemunhas de acusação e de defesa. Encerrada a instrução, o Ministério Público juntou aos autos de novas provas, consistentes em imagens de câmeras de segurança obtidas posteriormente. O juiz, contudo, não determinou a intimação da defesa para se manifestar sobre as novas provas e, tampouco, reabriu a instrução para possibilitar eventual requerimento defensivo relacionado ao novo material. As imagens juntadas foram utilizadas pelo Ministério Público em sua manifestação derradeira, requerendo a condenação do réu nos termos da denúncia.

Você, advogado(a) de Lucas, é intimado(a) para apresentar a manifestação defensiva cabível. Considerando que Lucas é primário, possui bons antecedentes e tinha 20 anos de idade na data dos fatos, redija a peça processual adequada, sustentando todas as teses jurídicas pertinentes à defesa. Observação: A medida a ser apresentada deve ser diferente de habeas corpus.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 1

Eduardo foi denunciado pela prática de homicídio qualificado e, após o recebimento da denúncia, foi pronunciado pelo Juízo da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Santa Rita, Estado de São Paulo. O Ministério Público, alegando risco à imparcialidade dos jurados em razão da grande repercussão que o caso havia alcançado na imprensa local, requereu o desaforamento do julgamento para a Comarca de São Miguel. O juiz responsável pelo processo, entretanto, sem determinar a intimação da defesa para que se manifestasse sobre o pedido formulado pelo Ministério Público, proferiu decisão determinando o desaforamento do julgamento para a própria Comarca de Santa Rita, mas para a realização do julgamento perante outra Vara do Tribunal do Júri, sob o fundamento de que a existência de dois órgãos jurisdicionais distintos na mesma comarca seria suficiente para preservar a imparcialidade do julgamento.

Considerando a situação hipotética, responda:

A) A decisão que determinou o desaforamento sem prévia oitiva da defesa é válida? Indique o entendimento sumulado aplicável ao caso. (0,60)

B) É juridicamente possível determinar o desaforamento para outra Vara do Tribunal do Júri situada na mesma comarca, mantendo-se o julgamento dentro dos limites territoriais da Comarca de Santa Rita? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 2

Carlos foi denunciado pelo Ministério Público pela prática de furto. Segundo a denúncia, em uma mesma oportunidade, Carlos ingressou em um estabelecimento comercial durante a madrugada e, mediante uma única ação, subtraiu diversos aparelhos eletrônicos pertencentes ao estabelecimento, colocando-os em uma mochila e deixando o local logo em seguida. Encerrada a instrução, o juiz proferiu sentença condenatória, reconhecendo que todos os bens foram subtraídos no mesmo contexto fático e mediante uma única conduta, mas entendeu que cada objeto subtraído constituiria um crime autônomo. Por essa razão, condenou Carlos pela prática de diversos crimes de furto, aplicando a regra do concurso material, prevista no art. 69 do Código Penal. Após uma condenação presencial a 12 anos de reclusão, Carlos saiu intimado da audiência, momento em que seu advogado já apresentou a interposição da apelação, sem os motivos jurídicos do inconformismo. Na sequência, a defesa de Carlos é intimada para apresentar a medida cabível.

Considerando exclusivamente as informações apresentadas, responda:

A) Qual é a peça adequada a ser apresentada no caso concreto? Indique o respectivo fundamento legal e o prazo para sua interposição. (0,60)

B) Qual tese de direito penal deverá ser sustentada pela defesa quanto à dosimetria da pena? Fundamente sua resposta. (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 3

Rafael, de 22 anos, conheceu Beatriz, de 13 anos, em uma festa realizada na cidade onde ambos residiam. Após algumas semanas de conversas por meio de redes sociais, Rafael convidou Beatriz para ir até sua residência, onde, com o consentimento dela, manteve relação sexual. Os pais de Beatriz descobriram o ocorrido alguns dias depois e procuraram a autoridade policial. Em depoimento, Beatriz afirmou que havia consentido com a relação e que mantinha um relacionamento afetivo com Rafael. A defesa de Rafael sustentou que não teria ocorrido crime, pois a adolescente teria concordado voluntariamente com a prática sexual e afirmava possuir maturidade suficiente para compreender o ato, já que tinha experiência sexual prévia desde os 11 anos de idade. O Ministério Público, contudo, ofereceu denúncia contra Rafael pela prática de crime contra a dignidade sexual. A defesa pretende impugnar a acusação sob o argumento de que houve consentimento da vítima.

Considerando exclusivamente os fatos narrados, responda:

A) Qual é o crime praticado por Rafael? Fundamente sua resposta com o dispositivo legal aplicável e o entendimento jurisprudencial pertinente. (0,65)

B) Qual é a natureza da ação penal aplicável ao crime? Fundamente sua resposta. (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 4

Pedro, decidido a subtrair o fone de ouvido de Marcos, aproximou-se da vítima quando ela caminhava sozinha pela rua. Para realizar a subtração, Pedro segurou Marcos pelo braço e o empurrou violentamente contra um muro, fazendo com que a vítima caísse no chão. Em seguida, retirou o fone do bolso de Marcos e fugiu correndo. Poucos minutos depois, Pedro foi localizado e preso pela Polícia Militar, ainda nas proximidades do local dos fatos. O objeto foi recuperado e devolvido à vítima. Durante o processo, a defesa sustentou que Pedro deveria responder apenas pela tentativa de roubo, pois foi preso logo após a subtração e o bem foi imediatamente recuperado e devolvido. A defesa também alegou que, considerando o reduzido valor do aparelho (R$ 28,00), seria possível a aplicação do princípio da insignificância.

Considerando exclusivamente os fatos narrados, responda:

A) Pedro deverá responder pelo crime de roubo na forma tentada ou consumada? Fundamente sua resposta. (0,60)

B) É possível o reconhecimento do princípio da insignificância no caso concreto? Fundamente sua resposta. (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	